



O PARADOXO ENTRE ORGANIZAÇÃO E SIMBOLISMOS URBANOS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM CAMPINAS - SP

Maria Júlia Buck Rossetto¹

RESUMO

As dinâmicas violentas são inerentes à construção das relações sociais, e conseqüentemente, à produção do espaço urbano. Pautada na desigualdade, dominação e segregação dos corpos, a violência de gênero constitui um dos pilares mantenedores do desenvolvimento socioespacial. A partir deste pressuposto, assumindo uma perspectiva que rompe com a dita neutralidade espacial, este trabalho tem o objetivo de trazer à tona o debate referente à multiplicidade, pluralidade e distintas espacialidades urbanas vivenciadas pelos sujeitos no município de Campinas – SP. Para tanto, serão analisados dados compulsórios de violência contra a mulher registrados no município através do Sistema de Notificação de Violência (SISNOV), que em um breve recorte temporal, serão interpretados por análises vinculadas à perspectiva de uma Geografia Feminista.

Palavras-chave: violência; mulheres; Campinas - SP.

RESUMEN

Las dinámicas violentas son inherentes a la construcción de las relaciones sociales y, en consecuencia, a la producción del espacio urbano. Basada en la desigualdad, la dominación y la segregación de los cuerpos, la violencia de género constituye uno de los pilares que mantienen el desarrollo socioespacial. Asumiendo una perspectiva que rompe con la supuesta neutralidad espacial, este trabajo pretende sacar a la luz el debate relativo a la multiplicidad, pluralidad y distintas espacialidades urbanas experimentadas por los sujetos en Campinas - SP. Por esto, se analizarán los datos obligatorios de violencia contra las mujeres registrados en la ciudad a través del Sistema de Notificación de Violencia (SISNOV), que en un breve recorte temporal, serán interpretados por análisis vinculados a la perspectiva de una Geografía Feminista.

Palabras clave: violencia; mujeres; Campinas- SP.

INTRODUÇÃO

O perigo de um determinismo geográfico nos estudos urbanos consiste no silenciamento de trajetórias múltiplas que são constituidoras das relações espaciais. Neste sentido, a hegemonia branca, eurocentrada e heterossexual acaba por ganhar o disfarce de uma “neutralidade” de análises e preposições, promovendo a assimetria dos discursos

¹ Mestranda em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), majubr21@gmail.com



acerca de existências plurais, vivências complexificadas e espacialidades multidimensionais no que diz respeito ao espaço urbano.

Ao problematizar as ditas perspectivas neutras de uma Geografia hegemônica, este trabalho propõe uma das inúmeras possibilidades de rompimento com as reproduções de desigualdades de poder sobre as existências de diferentes corpos na manutenção do espaço urbano. Para tanto, assume-se a postura de uma metodologia engendradora na amplitude das análises relacionais através do olhar de uma Geografia Feminista, evidenciando o posicionamento da pesquisadora e das disposições analisadas no decorrer do trabalho.

Através deste pressuposto, assume-se a proposta de trazer à tona as geograficidades das violências às quais as mulheres estão inseridas na reprodução do espaço urbano de Campinas - SP. Contribuindo com aparatos teóricos que ampliem as possibilidades de compreensão das narrativas femininas na cidade, pretende-se evidenciar os simbolismos, espacialidades, organizações sócio históricas e estruturas urbanas que promovem a permanência e crescimento dos índices de violência contra as mulheres no município.

O processo de urbanização de Campinas é paradoxal no que diz respeito à permanência dos interesses de um Estado capitalista em detrimento das pautas sociais e à materialidade de serviços de atendimento à população em situação de vulnerabilidade, principalmente no que se refere aos direitos femininos. Neste contexto, é possível questionar a manutenção do urbano como pilar promotor e mantenedor do fenômeno da violência contra a mulher, uma vez que a organização espacial reflete a estruturação das desigualdades socioespaciais historicamente construídas e transformadas através dos sujeitos.

Neste sentido, as dimensões nas trajetórias no espaço urbano acabam por manter (e serem constituídas intimamente) pela violência destas relações de poder. É necessário considerar que a violência também possui a sua geograficidade, não podendo ser encarada como um fato homogêneo, fixo e estático. É imprescindível compreender sua multiplicidade.

A partir disso, sob a ótica de uma Geografia Feminista envolvida na busca pela problematização das desigualdades de gênero constituidoras do histórico de desenvolvimento urbano, a cidade pode ser considerada como lócus da manutenção das



relações violentas, uma vez que estas encontram em sua materialização os facilitadores - e legitimadores - da permanência da violência contra as mulheres.

METODOLOGIA

No que tange aos objetivos traçados por este trabalho, faz-se necessário a seleção de algumas informações que digam respeito à análise da manutenção e violência contra as mulheres em Campinas. Neste sentido, a discussão é baseada na pesquisa, mapeamento e discussão de dados quantitativos e georreferenciados acerca da temática proposta.

É de extrema importância definir este trabalho enquanto contribuição para a ampliação dos diálogos decorrentes da perspectiva de uma Geografia Feminista. Neste sentido, é necessário ressaltar que este movimento de ruptura e questionamento com as categorias hegemônicas e uma suposta neutralidade espacial vem se desenhando desde a segunda metade do século XX, ganhando força mais recentemente nos estudos geográficos brasileiros. No que diz respeito especificamente aos propósitos defendidos no decorrer deste trabalho em questão, busca-se através de uma base teórica e metodológica feminista trazer à tona a complexidade e pluralidade da violência incidente sobre os corpos femininos em sua existência, espacialidade e trajetórias urbanas estruturantes.

Ao espacializar os dados, assume-se a leitura através das macrorregiões. Isso se deve à postura hegemônica do histórico espacial de Campinas, no qual com o intuito de centralizar demandas de obras de infraestrutura, fragmentou o município em macrorregiões com suas respectivas administrações regionais. A partir dela é possível realizar uma série de associações referentes à organização espacial e a manutenção das desigualdades de acesso e vivência no espaço público por parte das mulheres.

Finalmente, os dados necessários para as análises propostas no decorrer do trabalho estão dispostos em plataformas oficiais como o IBGE², o site da Prefeitura Municipal de Campinas³ e no que diz respeito aos índices de violência no município, são

² Bases e dados, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), disponível em <https://downloads.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 de junho de 2021.

³ Prefeitura de Campinas. Disponível em <https://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplurb/dados-do-municipio/cidade/>. Acesso em 19 de junho de 2021.



utilizadas informações trabalhadas através dos Boletins SISNOV⁴ (Sistema de Notificação de Violência de Campinas), recentemente publicados, mapeados através das grandes macrorregiões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Geografizar as dinâmicas violentas as quais as mulheres estão expostas no município de Campinas - SP torna-se o eixo norteador deste trabalho. Para tanto, retoma-se a perspectiva de Massey (2008) no que diz respeito à concepção de um espaço relacional. Através desta leitura, encara-se o espaço como político, aberto, múltiplo e em constante construção, sendo potente para compreender a pluralidade das espacialidades femininas que constituem o município de Campinas.

Ao levantar a visão de Corrêa (2003), sendo real em seu simbolismo, a cidade também é manutenção da multidimensionalidade das relações, propondo distintas trajetórias. Em diferentes escalas, as relações são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço. Na busca pela compreensão da urbanização de Campinas, conforme estudada por Souza (2008), vinculada aos simbolismos e identidades espaciais dos sujeitos, lança-se neste trabalho da correlação com Lefebvre ([1974] 1991), ampliando as possibilidades de compreensão do desenvolvimento urbano do município através das transformações espaciais contínuas, principalmente no que diz respeito à Geografia Feminista (Silva; Ornat; Junior, 2019).

Neste sentido, retoma-se o pensamento de Campos (2014) que defende que a vivência espacial é generificada, pois as experiências das pessoas se fazem pelos seus corpos e estes são marcados socialmente por elementos como gênero, raça, idade, entre tantos outros. Estas marcas corporais posicionam pessoas em uma trama de relações de poder que se faz constantemente e possui profunda implicação espacial. Desse modo, este trabalho busca em sua investigação o diálogo com algumas produções como Calió (1991), Franco (2017), Butler (2009) e Federici (2017), que auxiliam na compreensão das dimensões de gênero nas relações sociais. Já no que se refere à compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, algumas autoras auxiliam na discussão da pluralidade de

⁴ Segundo a prefeitura municipal de Campinas (2020), O Boletim Sisnov faz anualmente (desde 2006), um compilado dos dados sobre violência na cidade e através do mesmo são pensadas políticas intersetoriais para abordagem deste tema. Os boletins podem ser consultados em <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/>.



sua constituição, como Saffioti (2005), Abramovay (2000) e Cruz e Saéz (1996) e, especificamente sobre as ocorrências no município de Campinas, Caiedo-Roa (2019) constitui-se como uma fonte necessária.

A partir disso, propõe-se uma discussão baseada na perspectiva de uma Geografia Feminista e as potencialidades de suas possibilidades de aportes teóricos, usando como referencial para os debates acerca das leituras dos dados e problematizações correlatas ao espaço relacional, retoma-se autores como Silva (2007a; 2007b; 2003), Rose (1993) e McDowell (1999) na compreensão da questão de gênero na análise espacial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encaminhando a análise proposta por este trabalho, é necessário ressaltar a importância da conceituação e conhecimento no que se refere à presença e funcionamento do SISNOV (Sistema de Notificação de Violência de Campinas), uma vez que o ponto central das análises desenvolvidas no caminhar desta escrita reside exclusivamente na obtenção dos dados referentes à este sistema. Deste modo, reitera-se a explicação fornecida pela Prefeitura Municipal de Campinas (2021), a qual explicita que o SISNOV foi implantado a partir do ano de 2005, como um sistema eletrônico, integrado, intersetorial e interinstitucional, notificando compulsoriamente os casos de violência, sejam suspeitos ou confirmados. Dentre a multiplicidade do fenômeno da violência, o SISNOV notifica:

- Violência contra a mulher (todos os tipos e natureza, física, sexual, psicológica, negligência, tortura, maus-tratos);
- Violência contra criança (todos os tipos e natureza);
- Violência contra adolescente (todos os tipos e natureza);
- Violência contra pessoa idosa (todos os tipos e natureza);
- Violência autoprovocada (ambos os sexos, todas as idades);
- Violência sexual (ambos os sexos, todas as idades);
- Violência doméstica (ambos os sexos, todas as idades);
- Tráfico de seres humanos (criança, adolescentes e mulheres);
- Financeira / econômica (ambos os sexos, todas as idades);
- Negligência / abandono (ambos os sexos, todas as idades);
- Trabalho infantil (crianças e adolescentes menores de 14 anos);
- Intervenção legal (ambos os sexos, todas as idades).



No que se refere ao atendimento das mulheres inseridas nas dinâmicas violentas, Campinas conta com a chamada “Rede da Mulher”, formada por: CEAMO (Centro de Referência e Apoio a Mulher); Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Campinas; SOS Ação Mulher e Família; CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social) das macrorregiões de Campinas; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; CAISM – UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher); Comissão da Mulher Advogada – OAB Campinas; Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Comarca de Campinas; e Delegacias de Defesa da Mulher (no município, são dois estabelecimentos). Além dos pontos acima citados, ressalta-se que outros locais podem entrar em contato com estes locais principais de polarização dos fluxos de atendimento, como Centros de Saúde, escolas, hospitais, por exemplo. Nota-se, portanto, que este atendimento especializado busca a integração, interseccionalidade e identificação múltipla do fenômeno da violência, bem como da pluralidade necessária para o acompanhamento de mulheres inseridas em situações violentas no município de Campinas.

Contudo, ao analisar os dados do Boletim SISNOV (2018), nota-se a concentração de notificações compulsórias em apenas sete equipamentos públicos, sendo a maioria deles associados às centralidades, e não exatamente os pontos de referência da Rede da Mulher⁵, conforme é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das notificações de violência em residentes de Campinas, em mulheres adultas, por nome da unidade notificadora (2018)

Tipo de unidade notificadora	2018
SMS/PA/PS	417
SMASDH/próprias	250
UNICAMP/CAISM/HC	119
SMS/próprias	104
Hospitais Privados	37
SMASDH/cofinanciadas	38
SEGURANCA	11
PSI/HM Celso Pierro	19

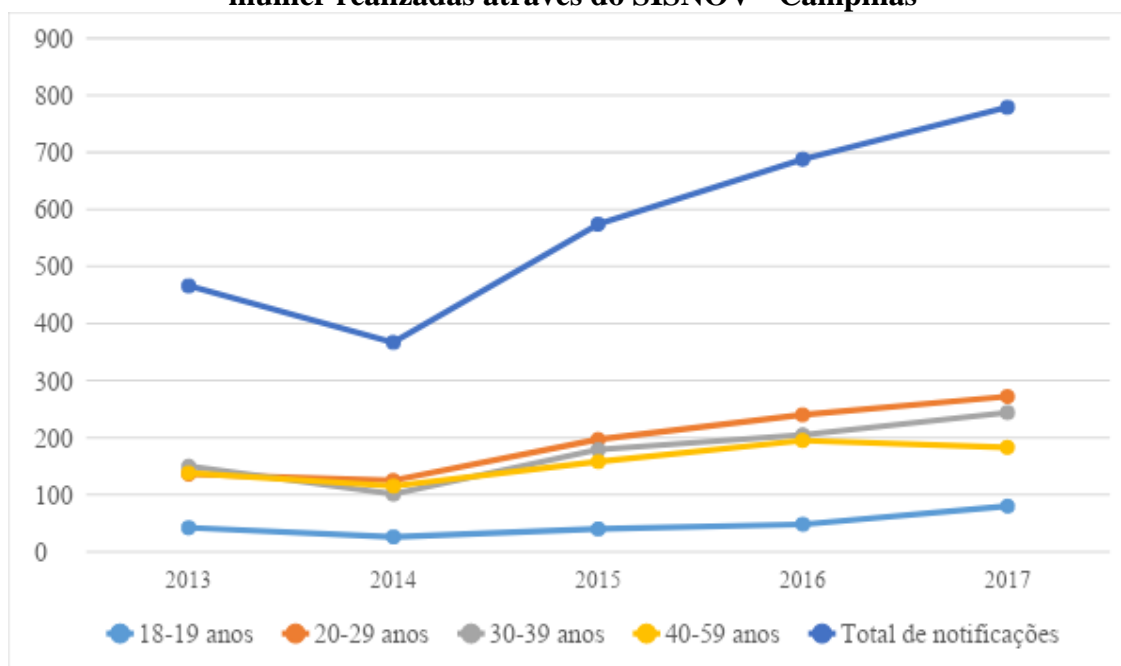
⁵ Dentre as unidades presentes nas notificações compulsórias, a única que está presente na Rede da Mulher de Campinas é a UNICAMP/CAISM/HC.



Fonte: Sistema de notificação de violência (SISNOV). Boletim nº 12 (2018). Adaptação própria.

Além disso, dados recentes do Boletim SISNOV (2018), demonstram a elevação nas notificações de violência geradas compulsoriamente. As notificações demonstram um aumento de quase 200% nos casos de violência contra a mulher no município, sendo a violência física a maior porcentagem das ocorrências, com aproximadamente de 70% das notificações, conforme é possível observar no Gráfico 1.

Gráfico 1- Evolução temporal (2013-2017) das notificações de violência contra a mulher realizadas através do SISNOV - Campinas



Fonte: Sistema de notificação de violência (SISNOV). Boletim nº 12 (2018). Adaptação própria.

A partir desta observação, é possível retomar o pensamento de Cruz e Saéz (1996), que defendem que a violência de gênero aproveita as desigualdades de poder inerentes às constituições sociais patriarcais para se concretizar. Desse modo, está inserida no contexto das relações de poder culturais, socioeconômicas e políticas. A sociedade organizada e hierarquizada em torno de relações de poder baseadas no gênero, legitima implícitamente e explicitamente a violência contra as mulheres.

A violência contra a mulher permanece como um problema que, dadas as circunstâncias de gênero, deve ser associada às diferenças sociais, econômicas, étnicas, sexuais, regionais entre outras. A combinação desses fatores revela quais são os públicos que representam as maiores vulnerabilidades a violações e agressões. Assim, é importante ressaltar que, quando se referencia as relações de gênero, fala-se de poder.



Estas nuances de poder pautadas na perspectiva capitalista e patriarcal, instituem e mantêm o padrão de gênero, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos. Dessa forma, o gênero é fortalecido pela estrutura de classes, bem como pelas relações raciais. Assim, a organização do espaço funciona como elemento das relações de gênero, estas que são mantidas através de uma construção de definição social “binária”, atrelada à estruturação capitalista que define a opressão, subordinação e exploração dos corpos.

Para com essa realidade, “os constrangimentos materiais e ideológicos que se impõem às mulheres variam e são vivenciados de maneiras diversificadas, de acordo com a classe social, com a raça e também com a sexualidade” (BIROLI, 2018: 37). Dessa forma, o controle do tempo e do espaço, ou pelo menos a capacidade de escolher livremente como os utilizar, é substancialmente influenciado por encadeamentos entre a esfera pública e privada e pela posição das mulheres nesses espaços. Reafirmando Saffioti (s/d),

O gênero é consubstancial à estrutura de classes, como também às relações interétnicas. Desta sorte, a violência doméstica é tão estruturada quanto a de classe e a interétnica. Ou seja, a sociedade não é dividida em fatias. Ao contrário, é uma totalidade orgânica. Por conseguinte, não cabe classificar a chamada violência urbana estrutural e a violência doméstica de interpessoal. (SAFFIOTI, Heleieth, s/d).

Segundo Rose (1993), um sujeito vivencia múltiplas dimensões e espacialidades, posicionando-se diferentemente nas relações de poder, de acordo com as marcas que esse corpo carrega e suas intersecções indenitárias e a violência, como parte intrínseca às relações vivenciadas, é prática recorrente entre os corpos dominantes como instrumento de educação e disciplinarização. Dessa forma, às mulheres se associam um conjunto de práticas históricas e sociais violentas, que em um viés dualista de dominação/ dominador, exploração/acumulação, produz vulnerabilidades relativas e cotidianas.

Neste ponto é possível retomar a questão da chamada vulnerabilidade maximizada proposta por Butler (2009), que determina politicamente uma condição em que certa parcela da população sofre com a carência de redes de suporte social e econômico, ficando exposta ao dano, violência e morte. A vulnerabilidade é, portanto, uma exposição clara de poder, sendo este dominante através da lógica estabelecida pelo patriarcado. Assim, as marcas de distintas potencialidades e vulnerabilidades que os sujeitos possuem em seus corpos acaba por referenciar quais são os maiores e menores alcances que os indivíduos



possuem em suas vivências relacionais, bem como na permanência e construção múltipla de suas respectivas espacialidades. No que diz respeito à vivência feminina, “tais marcas corporais posicionam as mulheres em uma trama de relações de poder que se faz constantemente e possui profunda implicação espacial.” (CAMPOS, 2014: 3).

Seguindo brevemente na visualização destes marcadores das relações sociais, é possível observar que, em referência às notificações compulsória de violência contra a mulher em Campinas, computadas no decorrer do Boletim SISNOV (2018), nota-se que a maioria das vítimas são autodeclaradas brancas e pardas, conforme é possível notar na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das notificações de violência em residentes de Campinas, em mulheres adultas, por raça/cor (2018).

Branca	496
Parda	276
Ignorado	86
Preta	128
Amarela	5
Indígena	2

Fonte: Sistema de notificação de violência (SISNOV). Boletim nº 12 (2018). Adaptação própria.

Este dado proporciona a reflexão acerca de quais mulheres são majoritariamente afetadas por dinâmicas impostas de violência, segregação e opressão nas espacialidades relacionais constituidoras da produção do espaço urbano. Retomando a fala de Calió (1991),

A cidade está proibida para as mulheres. Afirmar essa tomada de consciência sobre territorialidade feminina, não significa ignorar ou mesmo desconsiderar que muitos homens também não têm acesso livre à toda a cidade. Sabemos que a cidade capitalista, com suas normas de ‘bem-estar-comum’, se diz o lugar de todos. Na verdade, a cidade segrega, hierarquiza e determina espacialmente o acesso de cada cidadão dependendo da classe a que pertença. Mas aqui, voltamos a insistir, estamos tratando do gênero, e nesse sentido, é certo que a condição social de cada mulher pode minorar ou agravar alguns dos seus problemas de ‘estar no urbano’ mas, é para todas as mulheres que a cidade determina trajetos. (CALIÓ, 1991: 108).

A manutenção da violência doméstica se relaciona diretamente a uma espécie de “laços protetores”, que dão a “liberdade” aos agressores para que se sintam confortáveis



ao praticarem a violência no espaço privado. Estes laços estão estabelecidos em relações múltiplas, como a dependência econômica, ciclos de violência, vulnerabilidade maximizada, entre outros. Laços esses que encontram apoio na manutenção urbana da cidade, no caso específico, na dinâmica urbana de Campinas. Reafirmando Calió (1991: 53), “apesar de um urbano supostamente “assexuado”, a cidade segrega as mulheres, o seu simbólico é masculino. O patriarcado domina e estabelece hierarquias para os sexos, fazendo com que homens e mulheres não vivam a cidade da mesma maneira.”

Partindo do olhar macrorregional, ao analisar a disposição da população no município, atualmente Campinas conta com 1.164.099 moradores (estimativa Censo IBGE 2010), residindo em uma área de 794,744 km². Deste total populacional, segundo dados do IBGE (2010), Campinas é composta por mais de 550 mil mulheres, dispersas pelas cinco macrorregiões. Observando os números, nota-se a tendência populacional de concentração demográfica, em que a Macrorregião Sul apresenta o maior contingente habitacional entre as mulheres, com aproximadamente 26,67% do total de mulheres em Campinas. Seguem, em sequência as macrorregiões Leste (22,93%); Sudoeste (18,71%); Norte (18,46%) e Noroeste (13,23%).

No discurso defendido pela Prefeitura Municipal de Campinas, as macrorregiões são definidas com o principal objetivo de centralizar as demandas infraestruturais, auxiliando na gerência de locais públicos do município, minimizando as desigualdades na cidade. Contudo, observando atentamente a história do desenvolvimento campineiro, bem como voltando os olhares para as desigualdades entre os sujeitos no que se referente à interseccionalidade dos marcadores sociais, é possível inferir que a macrorregionalidade assume um caráter posicionado através de uma lógica de exploração e dominação dos sujeitos, neste sentido, atuando negativamente nas dinâmicas urbanas relacionadas às diferenças de gênero, classe e raça. Reafirmando Calió (1991: 96), “o ‘usufruir e sentir a cidade’ está diretamente ligado aos papéis sociais”.

Segundo Souza (2008), a história territorial de Campinas acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade corporativa e fragmentada.

A partir da década de 1970, uma nova transformação ocorre para que a cidade possa adequar-se ao processo mais amplo de reestruturação produtiva, que resulta na descentralização de parte da indústria paulista, a qual sai da capital para se instalar em

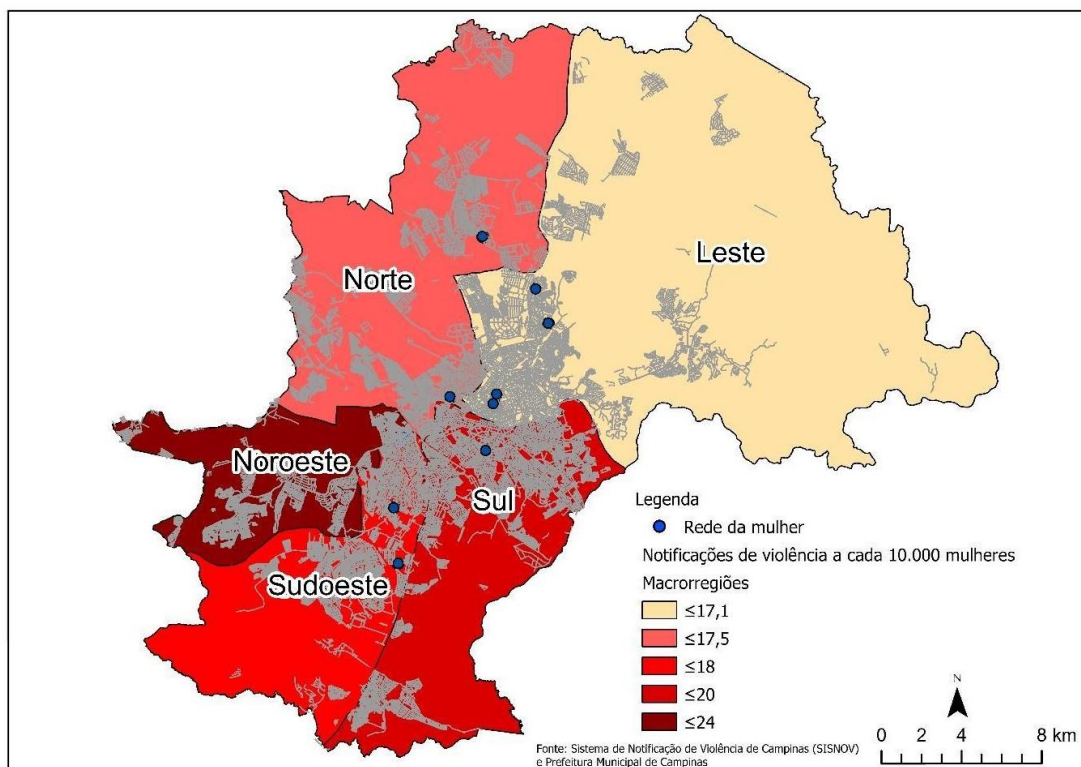


regiões do interior do estado, entre elas, a de Campinas. Neste período, a cidade passa por um crescimento rápido e “desordenado” de seu tecido urbano. Segundo Bryan (2011), as terras mais baratas (e mais distantes) recebem empreendimentos de habitação popular financiados pelos governos estadual e municipal, enquanto áreas mais próximas do centro, com melhor infraestrutura, ficam à mercê dos especuladores que aguardam sua valorização para vendê-las.

“O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as ‘novas centralidades’, são algumas das características do tecido urbano que se generalizam, nos anos 1990, na Região Metropolitana de Campinas. ” (CAIADO; PIRES, 2006: 286). Neste movimento, a concentração de renda na cidade de Campinas acaba por se manifestar no eixo Norte-Nordeste, enquanto que as classes de renda mais baixas estão mais presentes na Região Central, Oeste e Sul do município. “No ciclo de ocupação campineira, as classes mais abastadas também saíram do centro em direção às áreas periféricas e com isso, aqueles que habitavam nos flancos da cidade acabaram se deslocando. ” (SOUZA, 2008: 50).

No que diz respeito ao atendimento às mulheres em situação de violência, a Rede da Mulher constitui a articulação entre os equipamentos de Campinas que proporcionam a integração da população feminina ao acolhimento de distintos serviços públicos. Uma rede composta por aproximadamente 15 pontos centrais (para uma população de mais de 500 mil campineiras). Contudo, ao mapear estes equipamentos, observa-se um padrão de concentração dos serviços de atendimento às mulheres, conforme é possível observar na Figura 1.

Figura 1 - Relação entre as notificações de violência contra a mulher e a localização dos equipamentos públicos da Rede da Mulher em Campinas - SP.



Em azul, estão cartografadas apenas as sedes de equipamentos principais da Rede da Mulher (2020). Através das macrorregiões, estão presentes os índices de notificações de violência realizados pelo SISNOV (2018) a cada 10 mil mulheres, com variação de cores a depender da intensidade das ocorrências.

Confeccionado por Lucas Pinto Seixas e Maria Júlia Buck Rossetto.

Mesmo que o maior número de ocorrências registradas pelo SISNOV (2018) esteja presente no eixo Noroeste-Sul, o olhar do Estado capitalista continua mantendo as relações de investimento presentes principalmente no eixo Norte-Nordeste de Campinas, o eixo da “riqueza”, da “cidade-mercadoria”, da “cidade inteligente”. Os olhares capitalistas que afirmam que a “escolha” das localizações, bem como da mobilidade (e da não acessibilidade) aos serviços em Campinas materializam as hierarquias de poder. Neste ponto, é importante pontuar que existe uma intensa concentração de serviços, investimento público e pontos estratégicos no que diz respeito à mobilidade urbana, como reafirmam Gonçalves e Pina (2016) que

Apesar da popularização socioeconômicas, a região central da cidade ainda concentra população de renda média e alta, assim como as regiões Norte e Leste, o que fica evidente na comparação com outras regiões do município. Isso denota também a persistência da concentração tanto de recursos públicos como de investimentos no espaço urbano (GONÇALVES; PINA, 2016).

Através de uma economia capitalista com acumulação baseada no gênero, o planejamento urbano também se constitui como ferramenta de auxílio da produção



capitalista, materializando simbolismos urbanos que atuam na manutenção da desigualdade de gênero. Sendo real em seu simbolismo, a cidade também é manutenção da multidimensão das relações, propondo diferentes trajetórias. Em diferentes escalas, as relações são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço.

Em Campinas, as iniciativas voltadas às pautas interseccionais são fragmentadas e deficitárias. As ações do Estado obedecem à uma hierarquização de poder, em que o controle das intervenções também constitui o controle dos corpos no espaço urbano. Além disso, as informações referentes à gênero, raça e classe na cidade são praticamente inexistentes (quando disponibilizadas pelo poder público).

É evidente que o Estado capitalista se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não femininas. E quanto mais os equipamentos coletivos são deficientes, maior a complexidade da vulnerabilidade enfrentada no decorrer da construção das vivências e espacialidades urbanas dos distintos sujeitos, aprofundando e materializando a desigualdade das relações sociais demarcadas pelo viés de gênero.

Contraditoriamente, sendo o espaço público caracterizado pela materialização da cidadania, pela da lógica de produção espacial baseada na exploração dos corpos através dos pilares desiguais e violentos de ação sobre a perspectiva de gênero, raça e classe, acaba por definir as limitações do direito à cidade, às necessidades básicas intrínsecas ao indivíduo e às espacialidades das vivências urbanas. Portanto,

Apesar de haver leis que determinam a acessibilidades, estas não costumam ser respeitadas. Há uma gama de legislações em âmbito municipal, estadual e federal que determinam o direito de acessibilidade à população. Contudo, essa condição não se estabelece no cotidiano da cidade, visto que cada vez mais os espaços públicos estão se configurando como espaços de riscos, com formas e funções diversificadas, que não está se materializando como um espaço acessível a todos. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 31).

Ressalta-se, portanto, o pensamento de Abramovay (2000) que pontua que a violência é um fenômeno multifacetado, que não atinge somente a integridade física, mas também a integridade psíquica, emocional e simbólica de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado. Neste sentido, ampliar o pensamento acerca de Campinas de maneira interseccional é também encarar escalas das relações de poder como múltiplas, conflituosas e potentes, refletindo na materialidade espacial e nos interesses dos sujeitos que o constituem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta breve análise, nota-se que o debate acerca da manutenção da violência contra as mulheres em Campinas encontra fatores que possibilitam a compreensão das distintas dimensões espaciais as quais diferentes sujeitos estão expostos em suas identidades. Sendo assim, ao retomar Calió (1991), reafirma-se que as estruturas de dominação racial, sexual e de classe afetam a cidade, que não é neutra, e, portanto, exprime relações sociais e reproduz, espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos. Coexistem, então, a permanência de desigualdade de gênero, a ausência de políticas públicas adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa das mulheres e, conseqüentemente, uma dinâmica em que elas acumulam desvantagens.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2000.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRYAN, Francisco. **Mobilidade urbana em Campinas: análise do espaço de circulação**. 2011. 155 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. **Revista de Antropologia Iberoamericana**. v.4. n.3. sep/dez. pp. 321-336. 2009.

CAIADO, Maria; PIRES; Maria. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006. p. 274-304.

CAICEDO-ROA, Monica et al. Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. v.35 n.6. 2019.

CALIÓ, Sônia. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.

CAMPOS de, Mayã. A Geografia da violência sexual no município de Ponta Grossa – Paraná no ano de 2012. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais do VII CBG**. Vitória- ES. AGB. 2014.



CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CRUZ, Carmen; SAÉZ, Flora. Violencia contra las mujeres. Laca Universal. **VIENTO SUR**. n. 28. Octubre 1996.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie. *et al* (orgs.). **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Editora Zouk. 2017.

GONÇALVES, Viviana; PINA, Silvia. **O centro de Campinas: habitação e ocupação do território 2000 – 2015**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. v.04, n.28, p. 163 – 178. 2016.

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place**. Understanding Feminist Geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**: the limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press. 1993.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. S/n; S/l; S/d.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**. UERJ, Rio de Janeiro. n, 2, pp. 97-109, 2007a.

_____. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007b.

_____. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. O legado de Henry Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 63-77, jul-dez, 2019.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SISNOV n° 13. Disponível em: http://sisnov.campinas.sp.gov.br/pdf/bol_sisnov_13.pdf
Acesso em junho de 2021.

SOUZA, Maria (org). **A Metrópole e o Futuro**: Refletindo sobre Campinas. Campinas-SP: Territorial, 2008.